

A sociologia nas manifestações multitudinárias

Resumo alargado:

A teoria social define como seu objecto de estudo as sociedades, mas não os povos. O que tem sugerido dois tipos de críticas: a falta de clareza conceptual do que se entende por sociedade (e povo) e, em particular, a falta de uma concepção das dinâmicas sociais para o que a teoria dos movimentos sociais é apenas um remendo.

Movimentos sociais tornou-se a designação a especialidade da sociologia para o estudo do campo das organizações não governamentais. Imprestável para se referir à sociedade (civil), que é mais larga (inclui empresas e igrejas, por exemplo, que não são movimentos sociais no sentido consagrado), mas às vezes confundida com povo (de esquerda) e as suas tradições de manifestação pública, sobretudo em datas comemorativas de episódios históricos.

Assistimos em Portugal, como noutros países ocidentais, com especial intensidade no Sul da Europa, à afirmação de uma nova consciência social, um novo ânimo, novos canais de expressão da animosidade. Ainda não se sabe bem quais são as regras da cooperação social que emergirão destes movimentos sociais – admitindo que nem sempre as coisas mudam para ficarem na mesma. Na verdade nem se conhece quem assuma para si próprios e perante os outros a responsabilidade da condução política desses processos de consciencialização extra-institucionais, ressentidos com as instituições. A espontaneidade das manifestações juntamente com o sentimento quotidiano fazem com que os *media* e os próprios participantes nas manifestações, sobretudo os que as convocam, se referiam ao que se passa com a expressão moderna que lhes parece mais apropriada. Do ponto de vista científico, porém, na falta de finalidades e de funções de direcção, bem como inimigos bem definidos, formas de mobilização de recursos capazes de sustentarem uma luta prolongada, e outros critérios que se foram juntando para caracterizar o que venham a ser movimentos sociais, a sucessão de mega manifestações não pode ser considerada um movimento social.

As manifestações de 12 de Março de 2011 e de 15 de Setembro de 2012, para que se admitiram cálculos de mobilização de 10% da população do país nas ruas, tornaram insatisfatórias todas estas concepções. Ninguém acredita que nada se esteja a passar em Portugal. Porque sente-se que alguma coisa está a ocorrer. Não sendo um movimento social, que será? E se for um movimento social, para onde nos conduzirá?

O povo que saiu à rua não era só o de esquerda e não houve demarcações entre os que saíram que pudesse indiciar divisões políticas entre os manifestantes. A unidade fez-se contra as instituições políticas, incluindo partidos e sindicatos. Em nome da democracia de que se reclamou a eficácia frustrada.

O paradoxo é este: a teoria social embaraça-se perante fenómenos raros e socialmente quase puros. Isto é, enquanto a ciência experimental organiza formas de fixar variáveis espúrias de modo a poder melhor observar a variável relevante, no caso, a sociologia, em vez de se organizar para as raríssimas oportunidades de observar as acções sociais expurgadas de influências terceiras (no caso das actuais manifestações multitudinárias, elas próprias impondo a exclusão de dimensões políticas, de interesses corporativos ou económicos, de onde resultou

a mobilização de distintas e contraditórias culturas que caracterizam a chamada classe média) aparece alheada, impreparada, perplexa, perante a oportunidade para a qual deveria ter-se preparado ao longo do tempo todo em que a pureza dos fenómenos sociais foi sempre misturada com interesses económicos, ideologias políticas e gostos culturais. Quando se trata de uma reacção espontânea, no sentido de moral, contra os riscos evidentes da dignidade das pessoas e dos direitos humanos não estarem a ser respeitados, os sociólogos não se empolgam nem avançam para o terreno, como o fazem os astrónomos sempre que se aproxima e prevê um fenómeno celeste extraordinário. Parece ser mais a falta de democracia e a injustiça na distribuição dos rendimentos e na organização da produção de empregos que os deprime e inibe. Quando deveria ser ao contrário: todas as atenções das teorias sociais deveriam estar preparadas para captar fenómenos sociais puros quando eles ocorrem. O que nos impele a questionar o que se passa de errado com a teoria social e as suas aspirações científicas, cf. Mouzelis (1995)?

Tornou-se evidente a vontade social ou pelo menos a necessidade de aprender a viver de novas maneiras. Disseram-no, ansiosos, os manifestantes de forma clara a 15 de Setembro. Dilo o governo, acompanhado pelos seus aliados europeus (segundo explicam, é preciso repor os níveis de consumo aos níveis de produção), dizem-no os críticos da desindustrialização ocidental (sobretudo os parceiros sociais) e dizem-no os ideólogos do fim do Estado Social. Compreenderem isso as populações, acossadas com o rasgar dos seus benefícios em contratos a que julgavam estar vinculadas com a finalidade de obter uma forte redução dos rendimentos, preocupante para todos, pela instabilidade que promove, e sobretudo preocupante de uma forma muito imediata para as famílias com jovens incapazes de encontrar emprego, famílias em que ambos os cônjuges estão desempregados, desempregados de longa duração sem apoios do Estado, reformados e pessoas excluídas a quem reduzem rendimentos.

Segundo Holloway (2003) trata-se agora de recuperar dos efeitos perversos da segmentação da vida social impostos pela divisão social do trabalho, consequência económica da consciência colectiva moderna. Em particular recuperar dos males de abandono das vítimas de pobreza e da degradação do meio ambiente.

Efectivamente o espírito do Fórum Social Mundial, marginalizador das organizações partidárias, impõe-se actualmente na vida política, contra todas as resistências. As repetidas mega manifestações em Portugal fora do enquadramento partidário revelam uma força moral por descobrir. Há que actualizar a teoria social e aproveitar as actuais experiências para a enriquecer.

A sociologia nas manifestações multitudinárias

Resumo:

Assistimos em Portugal, como noutros países ocidentais, com especial intensidade no Sul da Europa, à afirmação de uma nova consciência social, no sentido que lhe deu Durkheim. Ainda não se sabe bem quais são as regras da cooperação social entre movimentos sociais que assumem para si próprios a responsabilidade da condução política do povo. Mas já é evidente a vontade social de aprender a viver dessa nova maneira. Segundo Holloway (2003) trata-se agora de recuperar dos efeitos perversos da segmentação da vida social impostos pela divisão social do trabalho, consequência económica da consciência colectiva moderna. Em particular recuperar dos males de abandono das vítimas de pobreza e da degradação do meio ambiente.

Efectivamente o espírito do Fórum Social Mundial, marginalizador das organizações partidárias, impõe-se actualmente na vida política, contra todas as resistências. As repetidas mega manifestações em Portugal fora do enquadramento partidário revelam uma força moral por descobrir. Há que actualizar a teoria social e aproveitar as actuais experiências para a enriquecer.

Palavras chave: movimento social; povo; revolução

As dualidades (modelos e coisas) escondem as vidas (feitas de emergências e de submergências), a ponto de as teorias sociais se revelarem incapazes de reconhecer a sua própria razão de ser: descrever o poder do povo.

A sociologia nas manifestações multitudinárias

A sociologia é uma ciência moderna e, no quadro da modernidade, é uma ciência adoptada pelos regimes democráticos – combatida por regimes totalitários. Por isso é ainda mais surpreendente não haver uma clara definição sociológica sobre o que seja o povo.

O povo é a entidade colectiva soberana em nome da qual se fizeram as revoluções modernas e se continua a dizer o Direito nos tribunais, em memória disso. Não é uma figura irrelevante da democracia, pois é o actor social em nome do qual a democracia foi montada. O progresso e o bem-estar do povo são as principais finalidades – às vezes adiadas – dos programas políticos modernos. Acabar com o despotismo é uma das condições de bem-estar do povo, o que se consegue e mede através da participação popular na vida cívica e política em sociedade.

A teoria social define como seu objecto de estudo as sociedades, mas não os povos. Na prática toma por objectos de estudo implícitos as populações residentes ou migrantes nos territórios de cada Estado-nação. A actividade política dessas populações é tratada por uma ciência especial – a ciência política. Na sociologia, às populações opõem-se, por um lado, a figura do indivíduo (estruturas e interacção, sistemas e acção) e, por outro lado, os movimentos sociais, isto é, segmentos instáveis da população que se tornam actores sociais autónomos, subvertendo ou pelo menos pondo à prova as instituições, as estruturas, os sistemas por contraste com a estabilidade normalmente estática das instituições.

Procuremos reflectir sobre as semelhanças e diferenças entre as noções de povo, sociedade, população relativamente a instituições e movimentos sociais.

Povo refere-se a um povoado, a uma unidade tradicional auto-sustentada junto da qual os poderes feudais tiravam proveitos em troca de protecção. A modernidade é resultado da monopolização do poder de protecção pelo Estado centralizado, da monetarização das relações de poder impostas pelo Estado aos povoados existentes nos territórios reclamados pela soberania. O reforço dos poderes de Estado contra os poderes locais, em particular das aristocracias e das cidades, fez-se pela mobilização popular contra tais poderes. Essa mobilização foi feita junto da burguesia revolucionária, que reclamou com sucesso direitos de passagem de pessoas e mercadorias sem portagens, e junto do proletariado por aquilo que chamaremos marginalidade, como forma de designar as relações entre a administração pública, os poderes dominados e o efeito de unidade entre os súbditos sem poder agremiados escorraçado das suas vidas agrícolas e obrigados a formar a marginalidade urbana e industrial típica da modernidade. Esta marginalidade revelou-se poderosa, no confronto entre os poderosos estabelecidos e mesmo autonomamente, nomeadamente por ter sido capaz de lhes retirar muitos poderes repetidas vezes e de os ameaçar definitivamente, com a Revolução socialista e comunista. O povo tornou-se assim, juntamente com a democracia, designação politicamente controversa (maioria silenciosa, para a direita; povo de esquerda, para outros). Designação consagrada juridicamente, porém, como memória permanente do verdadeiro soberano, embora, na prática, raramente dê sinais de existência e mais raramente ainda consiga reunir forças para efectivamente determinar novos rumos de governação do Estado.

Povo refere-se frequentemente pejorativa e excludentemente à populaça, nos discursos reaccionários, cujo impacto ainda se sente na conotação desta palavra – talvez por isso tão

pouco usada na sociologia. O poder da marginalidade nas sociedades modernas foi consagrado pela expressão sociedades de massas, designação também pouco frequentada pelos sociólogos, apesar do sucesso entre guerras. As massas ameaçadoras de camponeses expulsos dos campos na época dos *enclosures* na Inglaterra que justificaram a organização do policiamento e da investigação criminal nas cidades, ainda hoje práticas destinadas às populações trabalhadoras – apesar da lei continuar a prever a igualdade de todos – foram substituídas no imaginário sociológico do pós guerra pelos públicos culturalmente distintos, cf Wright Mills (1962): “No princípio, há grande esperança no que as comunicações em massa podem realizar. As palavras vencem guerras ou vendem sabão; agitam ou acalmam o povo.” Do entre guerras ficou a psicologia de massas, tentativa de explicar os movimentos nazi-fascistas, de que ficou famosa a tese de William Reich (2001) sobre os efeitos sociais da repressão sexual, entretanto caída em desuso (apesar de eventualmente útil para estudar os impactos sociais da violência doméstica, fenómeno só muito recentemente descoberto pelo crescente pudor social face à violência).

O desenvolvimento exponencial da sociologia na Europa do pós-guerra, no quadro do politicamente correcto instituído pelo Estado Social, como forma de conciliação dos interesses nacionais e de classe que causaram as guerras devastadoras para a Europa na primeira metade do século XX, evitou tratar de estigmas (de classe, raciais ou de género) e de violências. A teoria social concentrou-se em reforçar a sociedade democrática, entendida no sentido social-democrata de conciliação de classes e de regimes rivais emergentes nas superpotências EUA e URSS.

Em consequência, por exemplo, a produção e uso dos estigmas sociais associados ao trabalho policial, incluindo as desigualdades sociais produzidas administrativamente pelas instâncias de controlo social (a violência simbólica de que falou Pierre Bourdieu, renegada enfaticamente por Collins, 2008), é trabalho para a actualmente florescente criminologia. Outro exemplo é o distanciamento da teoria social da natureza íntima da violência social, não apenas nas famílias mas também nas instituições asilares, hospitalares, militares, religiosas, de trabalho e aquelas perpetradas no seio das próprias instâncias judiciais, tratadas sobretudo no âmbito da psicologia. A repugnância da teoria social em abordar as conspirações (policiais, institucionais, políticas, entre familiares ou grupos de amigos) mistura-se com a estigmatização do assunto, ao ponto de teoria da conspiração designar exclusivamente um tipo de literatura não-científica e especulativa, dispensando-se ao mesmo tempo a sociologia de sequer se referir ao assunto. Como se não fosse possível existirem conspirações ou como se quaisquer conspirações fosse necessariamente insignificantes do ponto de vista social. Quando é do conhecimento público que por de trás de uma revolução estão não uma mas várias conspirações cruzadas – polícias políticas, maçónicas, manobras partidárias e militares, etc.. E, sobretudo agora, num tempo em que cada vez mais cidadãos no Sul da Europa organizam conspirações para alterar o sentido aparentemente catastrófico das políticas vigentes.

Numa época, como a actual, em que os povos europeus são outra vez chamados a confrontarem-se, para já a respeito da dívida soberana, com o desrespeito das regras elementares de justiça adquiridas milenarmente, resultando daí a emergência de manifestações multitudinárias nos países ofendidos (Rui Moreira compara a situação portuguesa actual com a crise do final da monarquia, no livro a que deu o título *Ultimato*),

como poderá a teoria social ajudar a compreender os estigmas, as violências, as conspirações e a produção de (novas?) sociedades pelos povos? Talvez retomando caminhos entretanto podados pelo seu desenvolvimento.

Efectivamente, assim foi declarada a crise financeira em 2008 logo os jornalistas perguntaram se Karl Marx voltaria a ter razão, dada a evidência de se estar a organizar uma nova onde de lutas de classe, entre os beneficiários globais do capitalismo altamente concentrado (as corporações financeiras globais a que o movimento *Occupy* chama 1%) e os excluídos do sistema capitalista, já não só o quarto da população pobre na UE nessa altura mas também os que na pobreza caíram desde então para cá e todos os outros assustados com o fim das perspectivas de progresso e de bem-estar (99%). As taxas de suicídio, que Durkheim verificou serem suficientemente estáveis para identificar cada tipo de sociedade e cada categoria social como o rastreio químico pode identificar os elementos de um material, subiram 17% na Grécia.¹ A prisão de ferro burocrática, identificada por Max Weber é outra noção a ser revisitada criticamente para dar conta das torturas a que estão a ser sujeitos os povos do Sul da Europa, na verdade por modos já conhecidos e experimentados noutras partes do mundo, sobretudo em regimes colonizados, de que é primeiro exemplo o Haiti (república de escravos cujo serviço da dívida nunca deixou espaço ao desenvolvimento), e grande parte do chamado terceiro mundo – em torno do qual se organizam as campanhas para a anulação das dívidas – mas também o Chile de Pinochet, a Argentina na bancarrota nos primeiros meses do século, a Islândia da bancarrota de 2008 ou o cancelamento da dívida odiosa no Equador em 2009.²

Contestações, violências e bodes expiatórios

Os anarquistas do *Black Bloc* tornaram-se conhecidos pela violência nas manifestações que atraía a repressão policial também. O Fórum Social Mundial era apresentado como uma organização anti-globalização, enquanto ele próprio se autodefinia como um movimento global de movimentos sociais. Ainda não tinha começado a guerra do ocidente ao terrorismo fundamentalista islâmico. Não havia Guantanamo, nem tinha ocorrido o escândalo das torturas em Abu Grahib. A 20 de Julho de 2001, em Génova a manifestação contestatária do G8 fica marcada pela morte do jovem Carlo Guliani pela polícia.

Por esse tempo, a revolta contra a situação na Europa era sobretudo ideológica e fazia-se sobretudo fora de portas, em Porto Alegre, no Brasil a preparar-se para receber Lula da Silva como seu presidente. “Outro mundo é possível” foi a palavra de ordem contra o discurso único. Uma tal declaração foi entendida por alguns, certamente pelo governo italiano dirigido por Berlusconi, como uma violência a merecer contra ataque policial. A guerra organizada pelos EUA alegando direito de retaliação contra os perpetradores dos atentados do 11 de Setembro de 2001, com apoio dos governos da Grã-Bretanha e dos estados ibéricos, veio a submergir com violências de outro calibre contra povos inteiros noutras paragens o crescendo de agressividade ideológica no ocidente.

¹ Cf. http://economico.sapo.pt/noticias/suicidios-depressoes-e-homicidios-disparam-na-grecia_128949.html.

² Cf. <http://cadtm.org/Equador-Auditoria-garante,4491>.

A Grécia, por exemplo, poucos anos depois, era passagem para crianças e jovens imigrantes oriundos para além da Somália – alvo de intervenção militar ocidental anterior – do Iraque e sobretudo do Afeganistão, cf. Dores (2009a). (A extrema violência, como mostram as experiências de Milgram ou de Stanford ou a síndrome de Estocolmo, tem efeitos ainda por explicar nos seres humanos, entre os quais um apego das vítimas aos abusadores, que em termos globais se reflecte na tendência de serem os povos anteriormente colonizados quem se organiza em fluxos migratórios para as sociedades colonizadoras, à procura de aí encontrarem justiça que falta nos territórios recentemente independentes, cf. Dores, 2009b).

A 6 de Dezembro de 2008, foi também na Grécia onde começaram manifestações extremamente violentas (vários dias de protestos, assembleias de cidadãos diárias e edifícios e automóveis incendiados por jovens) pouco tempo depois do anúncio, em Setembro, da crise financeira só comparável com a de 1929 que catapultou os EUA e a URSS para superpotências mundiais, em substituição da Inglaterra e da Europa ocidental que dominaram o mundo desde o século XVI. A classe política na Europa perguntou-se se seria já o início de uma reacção social à crise “económica”, na verdade ainda apenas evidente ao nível financeiro.³ Era uma coincidência.

Também terá sido coincidência que a Grécia viesse a ser o elo mais fraco escolhido pelos especuladores para produzir lucros com a dívida soberana de um Estado. Com muitas fragilidades institucionais (conhecidas da *Goldman Sachs* que as produziu para o governo de Atenas) mas tendo por fiador a UE, entidade, por um lado, garantia de pagamento e, por outro lado, estatutariamente incapaz de intervir na protecção das finanças de um Estado membro, por decisão própria consagrada no estatuto do Banco Central Europeu, a Grécia palco de acções violentas de rua tornou-se também, por outras razões, alvo da chantagem especulativa sobre a dívida. (Há quem diga que os especuladores já teriam informações sobre as garantias de haver jazidas de hidrocarbonetos exploráveis descobertas em território grego, que garantiriam o próximo futuro).

A transformação da crise financeira do sistema bancário global numa crise de dívida soberana na zona Euro, mais precisamente nos países mediterrânicos da zona Euro, tipo a crise conhecida dos tempos de guerra (de que a Grécia alegadamente poderá ainda reclamar créditos da Alemanha derrotada em meados do século XX) e dos tempos coloniais e neocoloniais, demorou alguns meses. Ficou marcada pelo anúncio de políticas de austeridade, cujos resultados se vieram a revelar economicamente recessivos (como era de esperar) para os países envolvidos e calamitosos para grande parte da população, em particular os desempregados e os pequenos negócios locais, tendo a pobreza batido novos recordes, a partir de uma situação já pouco favorável.

A vida financeira das últimas décadas caracterizou-se por uma grande autonomia relativamente à economia, como os jogos de computador relativamente à vida social das pessoas – é a chamada economia de casino. Isso ajuda a explicar como a reacção das populações aquando do anúncio da crise financeira não é imediata. Pelo contrário,

³ Ler ecos dessas preocupações, numa referência tardia a tais acontecimentos http://www.correiocidadania.com.br/index2.php?option=com_content&task=view&id=4690&pop=1&page=0&Itemid=9.

perguntavam-se se o alarme levantado com a crise financeira, em particular o facto de argumentarem terem os Estados e os povos vantagem em sustentar os bancos falidos, não seria um logro. Embora a confiança na banca tenha ficado abalada, a confiança no Estado e nos governantes não ficou o suficiente para provocar reacções autónomas das populações. Por exemplo, o levantamento de depósitos bancários proposto por uma campanha, cuja imagem foi o futebolista Eric Cantona, não ganhou momento. Só quando a crise teve impactos directos nos salários e nas capacidades de consumo de muitas famílias, primeiro na Grécia, como experiência, e depois na economia em geral, é que as sociedades mais atingidas (não as outras) começaram a mexer-se de modo distinto daquilo que foram as mobilizações das pessoas ideologicamente mais sensíveis nos anos transactos.

Manifestações convocadas por grupos de desconhecidos do grande público através da internet passaram a ser eventualmente instrumentais para a expressão popular. Nalguns casos reúnem apenas poucas dezenas de pessoas. Outras vezes reuniram as maiores manifestações de que há memória em Portugal.

As autoridades policiais frequentemente levas a procurarem alvos em pequenos grupos de manifestantes que lhes parecem anarquistas, foram submersas pela vaga de fundo, pacífica mas determinada, cujas origens e finalidades deixaram de ser questionadas (pelo menos nos tempos que correm) e até o ministro das finanças encarregue do massacre que as receitas do FMI tradicionalmente implica se declarou orgulhoso do seu povo. Já não são manifestações de anarquistas sem programa político e, portanto, anti-democráticas, como tantas vezes foram caracterizadas as manifestações do tipo do Fórum Social Mundial, também conhecidas por anti-globalização (embora os próprios proponentes falassem de “outra globalização”).

Nos países do Sul da Europa o predomínio dos activistas nas manifestações cívicas está a ser consistentemente substituído pelo predomínio de massas ou multidões, a que a teoria social pode corresponder indagando o que liga e desliga esses dois períodos de acção colectiva e o que liga e desliga os activistas das massas contestatárias.

Teorias e dimensões sociológicas em uso

As teorias dos movimentos sociais subordinam-se à diferenciação teórica das quatro dimensões geralmente utilizadas para pensar a sociedade, a saber, o político, o económico, o social e o cultural.

A atenção pública dedicada às duas primeiras dimensões é manifestamente privilegiadas relativamente às segundas. Basta lembrar como as despesas públicas tendem actualmente a concentrar-se nos tópicos do orçamento considerados mais políticos (como a administração interna e a forças armadas) e económicos (o pagamento aos credores externos, cujo serviço não pára de aumentar ao mesmo tempo) à custa da redução tão forte quanto possível nos orçamentos das actividades classificadas como cultura e sociais (desemprego, reformas, escolas e saúde, e desvalorização dos salários, curiosamente tratados como sociais).

Como escreve Holloway (2003), a alienação das pessoas relativamente à sua própria vida é produzida pela ruptura da sequência natural e lógica das actividades, a pretexto de acomodar as produtividades da divisão de trabalho impõe barreiras arbitrárias (por exemplo, entre o

económico – o lucro – e o social – o salário) legitimando assim, por truque de mágica, as valorizações diferenciais das mesmas coisas (o trabalho assalariado) separadas de si mesmas (em benefício económico para a empresa e subsídio de colaboração – que sorte! – para o assalariado – felizardo!). A força destas ideias explica como foi possível formular e aceitar a proposta do governo de deixar de pagar salários (sociais) para pagar juros (económicos).

A violência simbólica (ou moral socialmente dominante) é efectivamente capaz de baralhar o espírito das pessoas (à luz da nova moralidade proposta por activistas ou socialmente emergente, como parece ser o caso actualmente) e torná-las impotentes, atordoadas, face à complexidade dos trabalhos de cooperação social classificados e apresentados de tal modo que se tornam propriedade dos peritos de organização científica do trabalho ao serviço da alienação, por sua vez ao serviço da exploração e da irracionalidade (para não dizer criminalidade, cf. Woodiwiss 2005) de um sistema capaz de anunciar o empobrecimento sistemático sem termo de povos inteiros (os 99% de que falam os *Occupy*), em nome desse mesmo povo (como foi feito claramente em muitos dos países sujeitos ao jugo colonial e, agora, também nos países do Sul da Europa, significativamente apelidados de PIGS pela “ciência económica”).

Esse atordoamento é tratado na comunicação social portuguesa como os alegados “brandos costumes” do povo português,⁴ cuja defesa o regime salazarista determinou ser uma das principais tarefas dos censores do regime: proibir a circulação de informações sobre a violência na vida quotidiana. Comunicação social que deu conta das mudanças sociais (mentais) em curso de que as mega manifestações são expressão.

A teoria social, por seu lado, ao ter aceite desenvolver uma espécie de autismo epistemológico que consiste em considerar cada uma das dimensões estruturais campos de especialização científica que não se misturam, se, por um lado, aceitou estabelecer entre a rainha das ciências sociais (a economia) e as outras uma hierarquia de valor e relevância, por outro lado, submeteu-se a processos de diferenciação subdisciplinar que importam a alienação geral da sociedade para o próprio seio das actividades científicas, cf. Lahire (2012). Tornando-as manifestamente imprestáveis, como foi a economia para sinalizar a “ganância” dos créditos à habitação que acabaram por contaminar todo o sistema financeiro, previamente fragilizado por muitos outros sistemas insustentáveis mas bem lucrativos. Como o foram e continuam a ser também as outras ciências, como a ciência política ou a sociologia. Na verdade comprometidas com as práticas de super especialização característica da moral social – solidariedade orgânica – caracterizada por Durkheim há mais de um século. Sem contacto com a nova moral social emergente, cuja definição científica ajudará o parto da nova sociedade que se anuncia.

Da nossa parte trabalhamos em duas sugestões: a) mobilizar a teoria social não apenas retoricamente para tarefas de multidisciplinaridade não apenas cooperativa mas profundamente epistemológica, nomeadamente com as ciências doutrinárias ou o direito, de que falaremos neste trabalho; b) retomar sistematicamente as pistas de investigação social

⁴ Sobre razões prováveis da continuidade desses costumes, medidos em termos de baixa participação cívica e política em Portugal, em democracia, ler “Relatório da ACED sobre direitos cívicos e políticos em Portugal” em http://iscte.pt/~apad/ACED_juristas.

impedidas de se desenvolver até agora pelo estigma do biologismo e que, no fundamental, tratam da sociedade como uma parte integrante da vida, natureza emergente dos materiais de que é feito o universo – de que aqui não falaremos.

Em termos sociais tal posicionamento significa, na prática, a revalorização dos estudos das relações sociais e culturais locais com as tecnologias e o meio ambiente – a que Marx chamava as forças produtivas – e uma desconfiança crítica às práticas de reforço científico dos estigmas, alienações e inibições sociais por via do uso não escrutinado das classificações naturalizadas, produzidas e pensadas de cima para baixo, daquilo que se pensa ser o social (ou com necessidades sociais de ajuda) por contraste com aquilo se sejam as alegadas mas obscuras e reservadas autonomia, independência, fiabilidade, lealdade, fidelidade, das redes de empreendedores, políticos, comentadores. Em termos políticos significa pugnar pela igualdade ontológica dos diferentes actores sociais aos olhos da ciência e a consciência do valor da equidade de rendimentos como padrão objectivo de redução da anomia social, cf. Hilkinson e Pickett (2009).

Indisponibilidade sociológica de identificar fenómenos sociais puros

Num contexto histórico propício às catarses de transformação pessoal e social não só todos os aspectos da vida estão potencialmente em causa. A própria maneira de viver (acção e concepção) é o objecto de intervenção não apenas das sociedades, que impõem novos caminhos de forma mais ou menos coerciva (sobretudo aos povos atingidos pelas guerras e por intervenções administrativas radicais, como o desenho de novos sectores de actividade na China ou a exploração fiscal na Europa do Sul), mas também dos activistas animados na procura de saídas para a crise dentro de si próprios, numa nova consciência social que pretendem captar e desenvolver, por vezes cristalizando-se sob a forma de ideologias ou de agitação.

Em Portugal, o fracasso da construção do Fórum Social Português, réplica nacional do Fórum Social Mundial FSM, precipitado pela intervenção partidária (a proibição estatutária dessa intervenção só teria efeitos se fosse respeitada pelos partidos, o que não foi o caso) não impediu a adesão da consciência de muitos activistas, incluindo activistas partidários, à nova moral social – cristalizada no desejo de igualdade radical de todos os participantes voluntários na produção das decisões políticas. Por contraste com o recrutamento de seguidores de uma direcção consciente.

Muito mais do que apenas a participação nos jogos do campo político, é ambição deste movimento global de contestação ao neo-liberalismo, representado simbolicamente também como um movimento no Fórum Económico Mundial, constituir-se como um modelo moral alternativo à exploração do mundo e dos povos por uma classe. O “social” do FSM quer dizer capacidade de afectar todas as dimensões sociais (política, económica, cultural e social), em vez de privilegiar o cálculo económico.

A experiência actual da anunciada revolução em curso (que todos sentimos e ainda não passa de ameaça) desenvolve-se na descida da política ao cadinho da rua (essa descida sim, já está firmada). E corresponde a um passo empírico no sentido de extravasar a política para fora do seu campo institucionalmente reservado e protegido.

Na rua, a diferenciação analítica das dimensões sociais, tão útil no caso de outro tipo de análises sociais, por exemplo institucionalistas, perde objectividade. O que se passa na rua é um transbordar da política para fora dos comentários dos *media*, das conspirações entre as pessoas que se passeiam nas passadeiras vermelhas, das paredes das instituições, dos quartéis-generais das mais poderosas organizações. As paredes e os muros são simbólica e efectivamente arredados, pelo menos temporariamente, das relações sociais amplificadas, como abcessos a interferir nas vidas política, económica e cultural.

A teoria social precisa de desenvolver agilidade suficiente para ser capaz de adoptar formas não diferenciadoras de pensar as dimensões da vida social sempre que seja esse o desejo vivido dos movimentos sociais. Sob pena de perante um fenómeno social purificado – ajuntamento de pessoas manifestando a sua vontade colectiva de mudar a vida, sem referências políticas e económicas que não sejam o hino e o nome de Portugal e as referências à revolução dos cravos que fundou o regime actual – se apresentar impreparada.

Como ocorreu nos anos sessenta, é natural que a teoria social venha a ser alvo de transformações das principais orientações epistemológicas que organizam o trabalho dos sociólogos, por vontade dos próprios profissionais, eles próprios envolvidos, como todos os cidadãos, quer queiram quer não, na transformação geral da sociedade.⁵ Esse salto poderá implicar uma abertura epistémica (entre sub-disciplinas, entre disciplinas das ciências sociais, entre as ciências sociais e os saberes doutrinários e culturais, mas também entre as ciências sociais e as ciências naturais e as ciências de aplicação, como as engenharias e as medicinas) de forma subversiva relativamente ao presente.

É estranha, como nota João Freire,⁶ a falta de comparência dos sociólogos na explicação pública do que se está a passar. Na verdade fenómenos como mega manifestações sucessivas com a presença de 10% dos portugueses na rua, convocados por grupos desconhecidos e sem ligações políticas ou sindicais ou institucionais conhecidas, com palavras de ordem claramente políticas (contra governos apoiados por todos os partidos do arco da governação) definem fenómenos sociais de uma pureza rara. São os activistas, as pessoas e os manifestantes a concordarem na recusa de se centrarem em questões corporativas ou partidárias. O que, paradoxalmente, assume um significado político e económico mais relevante do que as tradicionais manifestações político-sindicais.

Marcelo Rebelo de Sousa, um dos comentadores mais conhecidos em Portugal, antigo presidente do Partido Social Democrata, o partido da direita do rotativismo político, assim se começou a sentir existirem inescapáveis razões para a indignação geral dos portugueses, chamou a atenção dos seus seguidores televisivos de, nas actuais circunstâncias, ser preferível a garantia dos serviços e palavras de ordem treinados nas manifestações de esquerda do que o espontaneísmo alegadamente violento das manifestações desenquadradas política e económica. (A prática mostrou que as grandes manifestações populares sem serviços de ordem são sistematicamente pacíficas. Por enquanto). Pacheco Pereira, comentador da

⁵ Veja-se o exemplo da criação do departamento de sociologia de Vincennes, http://www2.univ-paris8.fr/sociologie/?page_id=101.

⁶ Cf. <http://aideialivre.blogspot.pt/2012/10/nao-bastam-os-oraculos-sociologos-e.html>.

mesma área política, avisou para a provável convergência dos movimentos sindicais e da esquerda instituída com os novos movimentos contestatários.

Cada um à sua maneira, cada um destes dois comentadores recorda os acontecimentos de Maio de 1968 em Paris ou de 1974/75 em Portugal como padrão histórico para antever o que se possa vir a passar a partir do sentimento generalizado, crescente e cada dia mais urgente, de que não é possível a manter a “situação”.

Nessa época os estudantes saíram à rua sem organização formalizada (reclamavam o impossível e a imaginação no poder) e os trabalhadores a eles se juntaram mais tarde, à margem dos sindicatos primeiro e, depois, contra os sindicatos e os partidos que quiseram controlar, sem sucesso, as acções de rua. Também nessa época esteve “tudo” em jogo. Isto é, não foi possível às instituições continuar a tratar separadamente, de forma alienada, as dimensões sociais diferenciadas. Os estudantes filhos da burguesia confraternizaram e organizaram-se com a classe operária para fazerem frente à polícia, o que fez parar a economia francesa por indisponibilidade dos trabalhadores e fez demitir o Presidente da República (em Portugal a revolução mudou o regime político). O povo de esquerda impôs a sua vontade, pelo menos momentaneamente, numa revolução cujo balanço posterior foi de extrema profundidade cultural e superficialidade política.

Como em todas as revoluções, as esperanças idealizadas assim se abrem as possibilidades plásticas libertas pela acção colectiva são demasiado puras para serem concretizáveis. Os interesses económicos e a diferenciação política potencial dos lugares institucionais permanecem, mesmo que muito abalados. Basta recordar como a liberdade e a igualdade, apesar da persistente presença doutrinária nos discursos modernos há mais de 200 anos, continuam por realizar de forma satisfatória – para já não falar da fraternidade, cujas referências caíram em desuso em público. Também a promessa do socialismo, tão datado dessa época que ficou inscrito na constituição portuguesa de 1976 (bem como nos estatutos do CDS, partido mais à direita do espectro parlamentar), não foi cumprida.

Objectivamente, a transformação ocorre sempre a sociedade entra em contradição directa com as barreiras policiadas conjugadamente pelas forças da ordem e pelas disciplinas mentais. Por estes meses em que o presente texto é escrito, é sensível a maturação da plasticidade social para qualquer cidadão, e ainda não é possível a nenhum imaginar um futuro perante o qual nos posicionarmos, cada um a seu modo. As mega manifestações confirmam essa objectividade, cujas expressões se realizaram antes, por exemplo na criação de muitos novos partidos políticos nos últimos anos, e depois, levando o ânimo dos mega encontros para a agitação da vida social de cada um, mais de uns que outros, já se vê.

A transformação social, o período que medeia dois períodos de normalidade – de recondução da (menor) agitação social para os enquadramentos instituídos -, não tem fim pré-determinado, ao contrário do que se pensava no século XIX, depois de se assistir à realização superlativa dos sonhos de produção e domínio europeu sobre o mundo. Não é certo, hoje, que o progresso – económico, moral e social – seja necessariamente o resultado da presença do povo na vida social. Essa crença está abalada pela evidência da perda de influência geoestratégica da Europa e do Ocidente no planeta. Todavia, o fenómeno social da emergência de energias populares incontornáveis e eventualmente dramaticamente impositivas contra os

poderes vigentes mantém muitas das características do que ocorre em muitas (todas?) as sociedades humanas.

As instituições actuais, como o regime político, por exemplo, foram implantadas pela última revolução. Como as anteriores também o foram, na revolução vitoriosa anterior, e assim sucessivamente para trás na história. O povo moderno é os ajuntamentos de trabalhadores em estado de contestação da vida social, com vontade de fazer um balanço integrado das suas diferentes dimensões, em vez de se deixar alienar em negociações separadas por participações legítimas e ilegítimas, geralmente reduzidas ao âmbito corporativo e sindical. Sabe-se que tais estados de indefinição têm o efeito de instabilizar mais a vida quotidiana. Por isso as pessoas recuam perante o cenário de romper com a tranquilizante alienação. Por isso as pessoas, uma vez entusiasmadas (ou desesperadas) o suficiente para entrarem em processos de transformação (o que dá muito trabalho e consome muita energia vital) tendem também a ceder a estratégias de dominação que lhes ofereçam uma escapatória para a tensão social e cognitiva revolucionária.

Ele há organizações vocacionadas para recolher todas as energias que possam ser descarregadas na presença de escapatórias. Organizações identificadas por Marcelo Rebelo de Sousa. Ele há também encontros sociais históricos entre actores sociais populares, como sinalizado por Pacheco Pereira, como o movimento sindical e o movimento dos indignados, com traços de classe bem diferenciados mas com interesses contestatários eventualmente convergentes. Que sabe a sociologia a mais sobre os movimentos sociais que nos possa esclarecer?

Sobre os movimentos sindicais existem os especialistas da respectiva sub-disciplina, mas não é do conhecimento geral dos sociólogos. Sobre os movimentos dos indignados não há subdisciplina alguma a tratar do caso, por ser recente mas sobretudo por ser espontâneo e produzir expressões públicas fugazes e dispersas. A teoria social não desenvolveu instrumentos teóricos nem metodológicos para antecipar a eventual emergência de movimentos sociais de grande impacto, embora seja sensível a qualquer pessoa as mudanças no espírito dos tempos, cuja transformação se vem assistindo de há anos para cá, em crescendo, mas cujos registos de variação não fazem parte das tarefas regulares dos sociólogos.⁷

O povo, o actor dos mais sociologicamente puros que se podem observar, inspirador da ideia de unidade nacional, acaba por não ser sequer um objecto de estudo das teorias sociais. Estarão os sociólogos, alegando distanciamento científico, preocupados em demarcarem-se dele? Da sua espontaneidade? Do seu carácter subversivo? Envergonhados da emocionalidade envolvente? Incapazes de assumirem a tarefa de caracterização do espírito do povo, em cada momento histórico? Receosos dos riscos de retaliação das instituições financiadoras das tarefas de investigação?

⁷ Para conhecer propostas de análise dos estados de espírito sociais ler Dores (2009b, 2010a e 2010b) ou <http://iscte.pt/~apad/estesp/trilogia.htm>.

Bibliografia

- Alberoni, Francesco (1989) *Génese*, Lisboa, Bertrand.
- Collins, Randall (2008), *Violence: A Micro-sociological Theory*, Princeton, Princeton University Press.
- Dores, António Pedro (2010a) *Espírito de Proibir*, Lisboa, Argusnauta.
- Dores, António Pedro (2010b) *Espírito marginal*, Lisboa, Argusnauta.
- Dores, António Pedro (2009a) "Human Rights through national borders" *Sociology Without Borders* (4) 2009:383-397.
- Dores, António Pedro (2009b) *Espírito de Submissão, Coimbra*, FCT/FCG, Coimbra Editora.
- Elias, Norbert (1993) *Mozart - Sociologia de um génio*, Lisboa, Asa.
- Elias, Norbert (1990) *O Processo Civilizacional* (Vol I e II), Lisboa, D. Quixote.
- Foucault, Michel (2004) *A Hermenêutica do Sujeito*, São Paulo, Martins Fontes.
- Holloway, John (2003) *Change the World Without Taking Power - The Meaning of Revolution Today*, Pluto Press, <http://www.endpage.org>.
- Lahire, Bernard (2012) *Monde pluriel. Penser l'unité des sciences sociales*, Paris, Seuil, Couleur des idées.
- Mills, C. Wright (1962) *A elite do poder* (cap. XIII: "A sociedade de massas"), Zahar Editores, Rio de Janeiro, pp. 354-83.
- Mouzelis, Nicos (1995) *Sociological Theory: What Went Wrong? – diagnosis and remedies*, London, Routledge.
- Reich, W. (2001) *Psicologia de Massas do Fascismo*, São Paulo: Martins Fontes.
- Wilkinson, Richard e Kate Pickett (2009) *The Spirit Level – why more equal societies almost always do better*, Penguin.
- Woodiwiss, Michael (2005) *Gangster Capitalism: The United States and the Global Rise of Organized Crime*, Londres, Constable.